

# CAF Concurso 50 Años

Categoría: Políticas Públicas

País: BRA

Concursante #5571

Propuesta #5835

Título:

**A EDUCAÇÃO COMO MOTOR PARA  
FORTALECIMENTO DO  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
NA AMÉRICA LATINA**



**CONCURSO: ENSAIOS UNIVERSITÁRIOS**  
**BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA**  
**IDEIAS PARA O FUTURO – 50 ANOS CAF**

***A EDUCAÇÃO COMO MOTOR PARA FORTALECIMENTO DO  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA AMÉRICA LATINA***

CATEGORIA: POLÍTICAS PÚBLICAS

PARTICIPANTE: ISRAEL RIBEIRO CEZARIO

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS –  
CEFET – ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO

---

**SUMÁRIO:**

---

RESUMO: .....	3
CATEGORIA: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O FUTURO .....	4
A POLÍTICA PÚBLICA: .....	7
CONCLUSÃO.....	9
REFERÊNCIAS .....	10

---

**RESUMO:**

---

Este texto apresenta proposições de políticas públicas educacionais, tendo como eixo central a problemática da alfabetização de adultos. Para tanto, faz-se uma breve análise do contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, bem como a relação entre o analfabetismo e o desenvolvimento econômico do nosso país. Diante da constatação da importância da reinserção social destes sujeitos ao mundo letrado e tendo em vista de que o direito à educação tem sido negado a parcelas importantes da população, voltamos o nosso olhar com o intuito de contribuir para a reflexão e elaboração de políticas públicas que promovam a superação do analfabetismo e que contribuam para o desenvolvimento econômico e social do país.

**Palavras – chave:** Analfabetismo; Educação de Jovens e Adultos; Políticas públicas.

O processo de desenvolvimento social e econômico de um país envolve um longo e complexo percurso. Neste trabalho o foco está na área da educação, mais precisamente, a alfabetização. Ao falarmos de alfabetização, estamos propondo uma reflexão sobre um problema pedagógico e social marcante na América Latina, o analfabetismo. Segundo a matéria publicada pela Revista VEJA – Brasil, a UNESCO divulgou em 2014 que na América Latina 36 milhões de adultos são analfabetos, dando destaque ao nosso país, Brasil, que concentrava 38,5% deste total de analfabetos. Para que possamos atingir a alfabetização integral de todos os indivíduos, faz-se necessário refletir com maior profundidade o analfabetismo, evidenciando os fatores que dificultam que tenhamos uma sociedade alfabetizada.

A alfabetização sempre foi considerada um desafio e um fator de suma importância para a construção de uma sociedade desenvolvida socioeconomicamente. Não há uma definição consensual sobre uma pessoa analfabeta. Teoricamente, é alfabetizada todos os sujeitos que sabem ler e escrever um bilhete simples, contudo, a partir de estudos e ao longo do tempo, novas denominações surgiram (analfabeto funcional, iletrado, etc). Vale ressaltar, que o importante nesta discussão é compreender as consequências e condições de ser analfabeto em nossa sociedade.

O analfabetismo extingue muitas oportunidades de emprego e condições melhores de vida para estes sujeitos. Com a evolução do mercado, a industrialização e o surgimento das novas tecnologias, a inserção destes na sociedade se modificou, excluindo aqueles que não conseguiam ler e escrever. Este é um agravante social que atinge a população de nosso continente e que influencia negativamente em nossas economias e que os governos deveriam se importar cada vez mais. O acesso ao emprego, trabalho e renda é garantia em maior parte das constituições e por que não a tornar real?

Sabemos que um emprego de qualidade e de justa remuneração transforma a vida de várias famílias. A roda econômica é direta e consequente, tendo mais renda, mais receita, assim sucessivamente para o alcance do

desenvolvimento social e econômico de uma cidade, estado, país e até mesmo de uma região.

A partir do momento em que a necessidade de alfabetização se tornou evidente, no Brasil, começaram a surgir diversos programas de curta duração e de cunho supletivo buscando a “erradicação” do analfabetismo. Foram realizadas grandes campanhas, programas e projetos nacionais e implantaram-se programas de caráter compensatório. Além disso, políticas públicas envolvidas na pretensão de saber ler e escrever, contudo, com um repertório de discursos que não se realizavam na prática. É evidente que há resultados consideráveis nesses programas e projetos, contudo, ainda nos dias atuais o número de analfabetos é significativo, ainda nos deparamos com limites nas estruturas sociais que produzem e perpetuam o analfabetismo em nosso país, o que deixa evidente a necessidade de mudanças profundas nas políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos.

As principais características das ações governamentais na EJA foram muitas vezes de políticas assistencialistas, populistas e compensatórias, o que nos leva a refletir o caráter de reposição e suplência que essa modalidade teve ao longo do tempo. Esse histórico respalda até os dias atuais, fazendo com que a EJA por muitas vezes, fique a margem do processo educativo, sob o ponto de vista da qualidade do processo educacional, caracterizado por ações provisórias e sem instabilidade em relação aos recursos.

A lógica mercantilista prevalecia no ensino, ou seja, o ensino de jovens e adultos era uma formação rápida que visava à inserção no mercado de trabalho. Mas como afirma Meszáros (2008), “*A educação não é um negócio, é criação, ela não deve qualificar para o mercado, mas para a vida (p.9)*”. Para o autor a educação é uma forma de superar os obstáculos da realidade, porém, evidencia que o fato de se ter o acesso à escola não é suficiente, o direito a educação vai muito além disso, assim como afirma Araújo e Jardimino (2014),

“É preciso pensar em estratégias de acesso, permanência e qualidade para a EJA, se desejamos uma educação de fato comprometida com o direito público subjetivo de todos os cidadãos (p.114)”.

A luta pelos direitos não é só do acesso, mas da oferta de uma educação de qualidade, materiais apropriados, condições de aprendizagem, entre outras

inúmeras características específicas que essa modalidade requer. Reconhecer que os sujeitos da EJA ficaram socialmente e culturalmente excluídos e compreender essa marginalização, evidencia a necessidade de adequar a escola e a proposta pedagógica às necessidades desses sujeitos jovens e adultos, criando assim uma nova relação pedagógica. O reconhecimento do aluno como um sujeito que aprende e que ensina também é de suma importância para esse processo, visto que devemos valorizar os alunos da EJA, que carregam uma bagagem cultural, uma história de vida e experiências que devem ser consideradas, desviando da percepção dos sujeitos como meros receptores da assistência.

Nesse sentido, a EJA teve uma expansão de matrículas e de acesso ao conhecimento, devido aos avanços do sistema educacional e políticos, mas o acesso ao conhecimento ainda não foi democratizado. Como salienta Meszaros (2008), *“O processo de exclusão educacional não se dá mais principalmente na questão do acesso, mas sim dentro dela, por meio das instituições de educação formal (p.11)”*. Assim essa exclusão está conivente à restrição de outros direitos de cidadania.

Essa é a questão desafiadora a que discutimos, propor uma política pública que rompa com a concepção compensatória e assistencialista, abrindo espaço para uma nova maneira de pensar e discutir a EJA, sem a predominância do conceito de suplência, mas com o reconhecimento de todos os direitos que essa modalidade tem, na busca de diminuir efetivamente o número de analfabetos no Brasil.

---

## *A POLÍTICA PÚBLICA:*

---

1. A política pública proposta sugere a parceria de entidades que realizam a coordenação de educação (municipais, estaduais e/ou distritais) com organizações privadas da localidade atendida. Estas organizações deverão acolher o estudante com atividades práticas de profissionalização remuneradas aliadas à vinculação do beneficiário ao projeto. Em contrapartida, as organizações receberão incentivos fiscais (como desconto ou exoneração) de tributos para favorecer a competitividade e o interesse social à adesão.
2. Para beneficiários que já possuem um vínculo empregatício, será reduzido o horário de trabalho sem alteração salarial de 8h para 6h diárias. Isso possibilita que o beneficiário continue produzindo e consiga se dedicar para o sucesso da aprendizagem. O Estado deverá prover que este direito seja garantido e, para não haver onerações, empresas que adotarem esta política receberá incentivos fiscais (como desconto ou exoneração) de tributos em proporção ao número de funcionários atendidos.
3. Para as redes públicas de educação (Escolas federais, estaduais, municipais e/ou distritais) o projeto prevê o incentivo em educação profissional integrada à educação de jovens e adultos, salvo se não atender o Item 1 deste tópico. A educação nessa modalidade se dará pela escola de tempo integral profissionalizante, que em curso, os estudantes receberiam bolsas fornecidas com recursos públicos oriundos da esfera nacional e controlada pelos órgãos competentes da mesma esfera. Para haver a adesão, o Estado garantirá investimentos para adaptação ao projeto e a remuneração dos profissionais.
4. Para o controle de todo o processo, a autarquia/ministério em nível nacional elaborará critérios e garantiria o controle e a transparência dos processos utilizando os recursos existentes, quando houver. No caso de situações de inexistência deste controle, o órgão controlador do processo, ante a adesão, realizará consultorias para desenvolver métodos eficientes



e adaptados à realidade nacional, buscando exemplos e cases de gestão pública.

5. Para efeitos de descontos e onerações fiscais do setor privado que apoiará o projeto, a equipe econômica (Estadual, Municipal e/ou Distrital) viabilizará as cotas anuais para que a liquidez dos cofres públicos esteja garantida. É importante salientar que promovendo a inserção deste público ativo consumidor no mercado, prevê-se o aumento micro e/ou macro de arrecadações.

---

## CONCLUSÃO

---

Os desafios em busca de políticas públicas que visem solucionar a questão do analfabetismo em nosso país e na América latina, são complexos, contudo, é possível fazer algumas proposições com foco em ações mais efetivas para a construção de soluções consoantes com a realidade evidenciada.

É imprescindível portanto, romper com ações pontuais e de caráter assistencialista, proporcionando a estes sujeitos oportunidades de aprendizagem e (re)inserção social, acolhendo-os em sua diversidade. Sendo assim, as ideias aqui apontadas, poderão contribuir para refletir sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), evidenciar o direito à educação de qualidade para todos e as possibilidades de construção de ações efetivas. São diversos os fatores a serem repensados, refletidos e mudados em busca de um modo de agir na alfabetização, que visem o acompanhamento dos educandos e tornem-se aliadas na obtenção do sucesso nos resultados por eles obtidos. A nossa expectativa é de que as reflexões aqui suscitadas tragam provocações e inquietações, que visem explorar e contribuir com a alfabetização na Educação de Jovens e Adultos.

---

## *REFERÊNCIAS*

---

ARAÚJO, R.M.B.; JARDILINO, J.R.L. **Educação de Jovens e Adultos: sujeitos, saberes e práticas**. 1ª ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

MESZAROS, Istvan. **A educação para além do Capital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2008.